

Editorial

Nesta edição, a *Revista Brasileira de História da Educação* oferece à leitura um conjunto de cinco artigos de demanda contínua e uma resenha, além de um dossiê temático sobre um tema pouco estudado entre os pesquisadores brasileiros. Os artigos, por sua diversidade, representam uma amostra do alcance temático, empírico, teórico e metodológico que o campo da História da Educação vem experimentando. Um deles vem da Argentina. Completam o quadro dois artigos do Nordeste e dois do Sudeste. A resenha é de autoria de pesquisadores do Sul do país. Já o dossiê, obedece ao saudável e necessário critério da dispersão geográfica e da afinidade temática. Comparecem no dossiê, organizado pelas colegas Maria Cristina Soares Gouvêa e Rosa Fatima de Souza, trabalhos de autores dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, acompanhados de um trabalho advindo do México. Todos enfeixados pelo estudo histórico das escolas isoladas e reunidas, rara preocupação do campo.

Os temas privilegiados nesta edição percorrem a história do ensino primário, da profissionalização docente, da relação entre memória e educação, trajetórias de professores etc. Os leitores observarão que a história da escola é o fulcro do número, embora este não esteja dedicado exclusivamente a tal âmbito de estudos.

No primeiro dos artigos, a autora, Carolina Mostaro Neves da Silva, explora as concepções de Francisco Mendes Pimentel para o ensino primário profissional, destacando a preocupação do intelectual com a educação popular em Minas Gerais no final do século XIX. No trabalho, observamos a construção de retóricas que aliam trabalho e progresso como possibilidades de construção de uma nação de caráter moderno.

Na sequência, André Gustavo Ferreira da Silva e Cassiana Maria Farias focam um período ainda pouco explorado pelos historiadores da educação e buscam compreender as memórias de três educadoras no Recife entre 1964 e 1977, observando as brechas abertas pelo seu cotidiano no enfrentamento dos problemas postos pelo regime de exceção. Os autores utilizam conceitos da tópica gramsciana para focar, pela via da história oral, as práticas de resistência daquelas educadoras.

De Buenos Aires chega-nos o trabalho de Valeria Martínez Del Sel, que explora, com enfoque prosopográfico, a trajetória de professores da Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires no primeiro peronismo, destacando certas permanências no estabelecimento de um corpo profissional, cujas lógicas não escapavam, contudo, aos ditames dos fortes antagonismos naquele país no momento.

Em coautoria também, Edileusa Santos Oliveira e Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro dedicam-se a memórias e privilegiam os anos de 1940 e 1950 em Vitória da Conquista para indagar o lugar da educação na capacidade de rememoração. Percorrendo narrativas produzidas pela memória e focando a dimensão social delas, as autoras valem-se de material produzido por ex-alunos de dois educandários para, à luz do materialismo dialético, discutir, entre outros pontos, o pertencimento social.

No último artigo da demanda contínua, também em coautoria, Angélica Borges e Diana Gonçalves Vidal, ao focar o século XIX, exploram as estratégias de racionalização estatística no âmbito político educativo, com ênfase na inter-relação de escola, família e distribuição espacial urbana em São Paulo e Rio de Janeiro. Dessa forma, evidenciam tanto a relação entre oferta e demanda de escolarização quanto as formas de distinção social mobilizadas por diferentes grupos sociais.

A primeira parte deste número é encerrada com a resenha de Felipe Luiz Gomes Figueira e Marcos Ayres Barboza sobre o trabalho publicado por Oriomar Skalinski Junior a respeito da obra de Alceu Amoroso Lima e de suas tentativas de renovação da pedagogia católica no Brasil.

A segunda parte é dedicada ao dossiê *Escolas isoladas e reunidas: a produção da invisibilidade*, no qual se procura cobrir uma lacuna historiográfica importante no campo, qual seja, a de que muita ênfase é posta no estudo dos Grupos Escolares como modelo de escola primária e pouca no estudo de outras formas de organização daquele nível de ensino.

Na abertura, Amália Dias oferece-nos um panorama da coexistência entre as escolas isoladas e as práticas de seriação no período entre 1929 e 1949 em Iguazu, Rio de Janeiro. Diante da retórica oficial modernizadora e homogeneizadora que definia a política educacional do período, a permanência de escolas isoladas urbanas e rurais ao lado de uma multiplicidade de experiências raramente consideradas pelos historiadores apresenta-se como um amplo e instigante horizonte de pesquisas. Nos arranjos necessários para o funcionamento daquelas escolas, a autora capta o que denomina como ‘práticas híbridas’ de instauração de desenvolvimento da escola primária.

Na sequência, de forma bem relacionada ao artigo de abertura e pautada em documentação emanada no Rio Grande do Sul no início do século XX, Natália Gil explora a permanência das escolas isoladas no momento de implantação do modelo escolar seriado nesse estado. Observa que, até 1940, a matrícula nas escolas isoladas foi numericamente superior à das ‘modernas’ escolas seriadas, cuja consolidação na paisagem política não se deu sem resistências.

Focando o estado de Morelos, no México, Lucia Moctezuma aborda o que chama de desencontros da escola rural entre 1890 e 1930, destacando a experiência de um tipo específico de instituição. Mostra como as perspectivas políticas do começo do século XX partiam de um projeto de urbanização social que afetava os modos de ser rurais, motivo que levaria ao desenvolvimento de um tipo especial de escola. Nele, a alfabetização cumpriria um papel importante para a assimilação da população a um novo estilo de vida destacado como urbano e moderno.

Na continuidade, Maria Cristina Soares de Gouvêa e sua equipe tratam das relações entre transitoriedade e permanência das escolas isoladas urbanas belo-horizontinas nos anos seguintes à reforma de 1906, proclamada como marco do projeto republicano de instrução. Observam que tais escolas, de caráter multisseriado, destacavam-se como um ‘mal necessário’ diante das dificuldades de expansão das escolas de tipo ‘moderno’ propugnadas pela reforma.

Para fechar o dossiê, Rosa Fatima de Souza analisa a configuração das escolas isoladas no estado de São Paulo no período entre 1846 e 1904. Percorrendo o final do Império e o começo da República, inscreve o lugar das escolas isoladas no modelo de escola unitária de longa duração. Além disso, observa que o termo se afirmou como possibilidade de ‘desdobramento das políticas de expansão da instrução primária’ levadas a

cabo por diferentes governos paulistas e que definiu uma diferenciação interna na rede escolar.

Entendemos que a Revista apresenta aos leitores um equilibrado esforço de divulgação do que nos tem chegado para avaliação. Equilibrando artigos de demanda continua com a publicação de dossiês muito bem delimitados do ponto de vista temático, completados pela publicação de resenhas, o periódico revela o esforço para dar a ver variadas maneiras de divulgar os resultados das pesquisas desenvolvidas pelo campo. A pluralidade temática, metodológica, teórica que vimos observando em seu fluxo apenas reitera as amplas possibilidades de estudos da história da educação, não apenas no Brasil. Por isso mesmo, seguimos convidando a comunidade para que submeta suas colaborações para avaliação, uma vez que a vocação primeira da Revista é acolher distintas perspectivas de pesquisa e, assim, fomentar o debate no interior do campo.

Comissão Editorial da Revista Brasileira de História da Educação